

*Reitor*  
**Amilton Ferreira**  
*Vice-Reitor Neivo Luiz Zorzetto*

**UNESP**  
**DEMOCRÁTICA**

Para se comunicar com os candidatos: [amilton@rc.unesp.br](mailto:amilton@rc.unesp.br) | [neivo@marilia.unesp.br](mailto:neivo@marilia.unesp.br) | [neluzo@uol.com.br](mailto:neluzo@uol.com.br)

## PLANO DE GESTÃO 2005-2008

**AVANÇAR PASSO A PASSO, COM DETERMINAÇÃO E DIGNIDADE.**

Os princípios que norteiam o presente documento estão assentados na dignidade, na ética, na responsabilidade, no consenso democrático, no respeito à coisa pública. São os mesmos princípios por nós e por outros colegas defendidos em nossas atuações no Conselho Universitário da UNESP desde o ano de 2001, sempre que se tratava de procurar impedir decisões que julgávamos danosas à Universidade. São princípios de luta contra um estado de coisas em que está mergulhada não apenas a Universidade, mas praticamente todas as demais instituições públicas do Brasil. A crise que vive o País, de fato, não é apenas econômica, mas, também, moral. Perdeu-se a noção do zelo administrativo, da organização e da Ética. Em seu lugar e em lugar das conquistas democráticas instalou-se a desorganização, o individualismo, o desrespeito à Lei e à vontade soberana da comunidade. A Universidade não poderia ser exceção nesse estado de coisas, mas pode e deve ser a primeira instituição a livrar-se desse mal. Urge, pois, reconduzi-la ao patamar de observância da Constituição, das Leis do País e do disposto em seu próprio Estatuto.

Urge recuperar, como regras maiores da gestão universitária, o rigoroso zelo administrativo e a obediência estrita às decisões dos órgãos colegiados, que são, estatutariamente, seu poder maior. Um diretor de unidade e um reitor devem empenhar-se permanentemente na busca de recursos, e não na diluição de verbas. Devem ter experiência suficiente para entenderem que a gestão da Universidade é exercida num processo de compartilhamento. Este é o caminho para reconduzir a Universidade ao caminho de que se extraviou.

Esta é a meta maior das próximas gestões da UNESP: recuperar a dignidade, o consenso democrático e a integridade dos valores acadêmicos.

**Prof. Dr. Amilton Ferreira**  
**Prof. Dr. Neivo Luiz Zorzetto**

AMILTON FERREIRA é Professor Titular do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro, Post Doctoral Fellow pelo Departamento de Genética da Universidade de Melbourne – Austrália e foi bolsista da Tinker Foundation.

Como pesquisador, recebeu 11 subvenções para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e publicou 46 artigos científicos na íntegra, 23 deles em revistas internacionais.

Foi assessor da FAPESP, CNPq e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Durante a sua carreira acadêmica não deixou de lecionar sequer um ano.

Foi Presidente da FUNDUNESP e tem todas as contas referentes à sua administração devidamente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

# FUNDAMENTOS DE GESTÃO DIGNA, DEMOCRÁTICA E ÍNTEGRA DA UNESP

A gestão que pretendemos exercer nos próximos quatro anos à frente da Reitoria da UNESP será fundada em três conceitos-guia — dignidade, consenso, integridade — indissoluvelmente interligados por um princípio maior: a Ética Acadêmica.

Por que dignidade? Porque é inconcebível que uma universidade possa decair a tal ponto, que comece a fornecer exemplos de improbidade administrativa, inobservância à Ética e autoritarismo. "Universidade Pública" é sinônimo de dignidade e respeito à Ciência e à coisa pública.

Por que consenso? Porque a administração de uma universidade multicampi, como a UNESP — atestam-no, pelos bons e pelos maus exemplos, 28 anos de gestão de diferentes reitores — não pode estar centralizada nas mãos de uma só pessoa, mas resultar do conjunto e do consenso coletivo, de que devem ser permanentemente intérpretes os altos colegiados, congregações, conselhos departamentais, conselhos de curso, assim como executivos lúcidos e ponderados o reitor, os pró-reitores, os diretores e os chefes de departamentos.

Por que integridade? Porque a Universidade Pública não pode suportar, sob pena de seu perecimento, ações de administradores que percam de vista os interesses estritos da instituição e atendam apenas a seus interesses ou de grupos privilegiados. Integridade tem, por isso, neste Plano de Gestão o sentido de união consensual e ética de todas as unidades, de todos os docentes, discentes e servidores em torno de um só ideal: uma UNESP integrada e íntegra, em que as divergências de opiniões e os debates sejam instrumentos para atingir as melhores decisões. A experiência tem demonstrado que há algo a mudar no plano estatutário que permita de fato, e não apenas no papel, que a gestão universitária da UNESP seja sempre e permanentemente co-gestão democrática, e não autoritarismo irresponsável a serviço de grupos ou de indivíduos.

A Ética Acadêmica é o denominador comum desses três conceitos.

É preciso pregar e praticar a organização, a união, a decisão nascida do consenso, que caracterizaram os melhores momentos de nossa universidade. Organização — porque sem esta é impensável a própria idéia de universidade. União — porque sem esta qualquer instituição entra em processo falimentar. Decisão coletiva — porque uma universidade não é reduto de individualismos, mas um consenso de saberes e de consciências. Com base nestes pressupostos, o Plano de Gestão apresentado a seguir será desenvolvido em cinco partes: gestão interna, gestão externa, poder acadêmico, o plano em 15 destaques, a universidade que queremos.

## A GESTÃO INTERNA

---

A gestão interna da UNESP, tal como a pretendemos executar na Reitoria, compreende os seguintes planos: institucional, acadêmico e administrativo.

### Plano Institucional – Que UNESP todos desejamos?

O plano institucional se revela na conceituação e estruturação estatutária da UNESP enquanto universidade e enquanto universidade pública. Enfatizando: os aspectos conceituais e institucionais da UNESP devem ser preocupação constante de todos nós. O perfil da Universidade nos tempos modernos se elabora e se reelabora permanentemente, solicitando dinamismo do pensar e do agir de todos os seus integrantes: servidores docentes, servidores técnico-administrativos e discentes.

A não observância deste pressuposto pode levar uma gestão universitária ao fracasso pela falta absoluta de perspectivas. A modernidade, responsável pela rapidez da informação, da produção de bens e conhecimentos, bem como pela comunicação, faz com que nenhuma instituição pública ou privada seja todo o tempo absolutamente estável. O permanente processo de definir-se e elaborar-se que ocorre com a UNESP, e que vínhamos atribuindo à sua pouca idade (28 anos de existência), se deve ao mesmo fenômeno que desestabiliza governos, empresas, organizações: o turbilhão causado pela velocidade com que evoluem hoje todos os campos da atividade humana.

Ante esse quadro de transformações, temos de nos fazer o tempo todo a pergunta: Que UNESP queremos? Que fazer para que a UNESP vá se tornando a universidade que todos queremos e de que a sociedade necessita? Fazer uma "reforma", como se propala atualmente, válida para todas as universidades do País? Não. Propor uma "reforma geral" é ignorar perfis, especificidades, idiosincrasias, desempenhos. Além do mais, uma "reforma geral" marcada pelo crivo da política e por concepções centralizadoras e autoritárias é bastante perigosa, porque não assegura que os critérios utilizados sejam totalmente acadêmicos e esconde muitas vezes um dos fundamentos principais do desenvolvimento do ensino em todos os níveis: a necessidade de investimento de recursos, e não apenas de palavras sobre o papel. A própria História do Brasil revela que toda reforma geral, quer educacional, quer

política, quer econômica, sempre fracassa, sendo seguida fatalmente por reformas da reforma, e reformas das reformas, e assim sucessivamente. Além de tudo isso, as "reformas gerais", em nosso País, resultam invariavelmente em "alterações de superfície", com resultados via de regra pífios.

A resposta, para uma universidade como a UNESP, que atingiu por si só um alto patamar de qualidade, é simples: não cabe falar em reforma. Cabe falar em ação mais simples, embora trabalhosa: adaptar-se, paulatinamente, às alterações trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, científico, político e cultural do mundo. Mas adaptar-se por meio de alterações progressivas de formato decididas de modo consensual pela comunidade acadêmica. Nunca por um só grupo, uma comissão, uma tendência predominante e, pior ainda, por uma lei generalizante fundada em modelo fictício. Por sua própria natureza a UNESP vem fazendo essa prática de adaptação desde sua fundação, e vem fazendo bem. É preciso apenas criar os mecanismos estruturais e institucionais para que essa metamorfose permanente das instituições que caracteriza a modernidade represente sempre crescimento qualitativo.

Em lugar de "reforma da universidade" deveríamos falar em "mudança da política educacional", e não apenas para as universidades, mas para todos os níveis do ensino. O sistema de ensino de um país deve ser um só, deve ser orientado permanentemente por uma política de qualidade em todos os níveis, da pré-escola à pós-graduação. E qualidade só se obtém com investimento, com infra-estrutura adequada, com equipamentos de primeira qualidade, com bibliotecas, com sistemas de aperfeiçoamento permanente. E com salários dignos.

## Plano Acadêmico – Como manter e como buscar qualidade?

A UNESP é, entre as Universidades Brasileiras, como demonstram os últimos resultados do Provão, uma das mais reconhecidas pelo seu ensino de graduação, qualquer que seja a área de conhecimento considerada. Seus cursos de pós-graduação, bem como as pesquisas realizadas e os serviços de extensão prestados à comunidade são igualmente reconhecidos. O respeito conquistado ao longo destes anos deve-se em grande parte à qualidade de seu corpo docente, que chegou a ter 97% dos professores em regime de RDIDP e, juntamente com seus funcionários altamente competentes, formam um

grupo coeso, responsável pelos altos índices alcançados quando avaliada. A docência, a pesquisa e a extensão universitária são, portanto, atividades intercomplementares alicerçadas na existência de um corpo de servidores docentes e servidores técnico-administrativos que se dedicaram e se dedicam integralmente às causas da Universidade.

Sem estes pressupostos, nada funciona, e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, tão duramente conquistada ao longo de sua história, vai se perder rapidamente.

### A qualidade da pesquisa

Os índices hoje divulgados de produção científica, e que enchem de orgulho a UNESP, são resultados de políticas implantadas há alguns anos e que somente agora atingem o pico. Todos os que trabalham na academia têm plena consciência de que na pesquisa os melhores resultados geralmente demoram a surgir. Um trabalho publicado no ano é fruto do esforço realizado desde vários anos anteriores, especialmente em revistas especializadas de algumas áreas que muitas vezes demoram bastante tempo para publicar o trabalho aceito. O incremento e o aperfeiçoamento progressivo da pesquisa em todos os campos deve ser, por isso, preocu-

pação permanente da gestão universitária, exatamente porque é um dos motores da instituição.

### Sucateamento do Corpo Docente

O corpo docente altamente qualificado da UNESP tem sido substituído por professores contratados em RTP, em RTC, por centenas de professores precários – conferencistas contratados por um período de 89 dias, ou então por doutorandos ou mestrandos em caráter provisório. Trata-se de um equívoco, em que os recursos materiais são considerados mais importantes que os recursos humanos. Esta política, já danosa no presente, acarretará piores resultados no futuro. A próxima gestão terá de alterar esse quadro de esvaziamento de qualidade e restabelecer a eficiente prática de contratação de docentes preferencialmente em tempo integral. Este é um aspecto de gestão acadêmica em que não se pode falar em economia. Pode-se economizar recursos materiais, mas jamais recursos humanos, que constituem a essência da Universidade.

**A resposta, para uma universidade como a UNESP, que atingiu por si só um alto patamar de qualidade, é simples: não cabe falar em reforma. Cabe falar em ação mais simples, embora trabalhosa: adaptar-se, paulatinamente, às alterações trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, científico, político e cultural do mundo.**

## A graduação e seus problemas

A graduação é prioritária na Universidade. Conduzida, porém, por estratégias equivocadas e contraditórias, não tardará em mostrar reflexos negativos no futuro. É neste particular que o desenvolvimento de muitos cursos de graduação, de pós-graduação e as atividades de extensão de vários cursos estará seriamente prejudicado, se não forem alterados imediatamente os rumos que vem sendo tomados, em que se perdeu a relação ideal entre quantidade e qualidade. A continuar este estado de coisas, serão necessários anos para recuperarem os índices acadêmicos hoje obtidos.

Isto explica por que, na graduação, a UNESP vive hoje uma situação sem precedentes: por um lado, alguns cursos considerados, em avaliação de caráter oficial e nacional, de primeira linha; por outro, muitos cursos de qualidade reconhecida, mas com muita necessidade de apoio material para desenvolverem

toda a sua potencialidade. Um terceiro nível pode ser considerado: o dos cursos que, ainda em unidades consolidadas, vêm sendo implantados e deverão receber todo o apoio da Reitoria para que se desenvolvam. O quarto e último nível, verdadeiro calcanhar de Aquiles, é o dos cursos implantados nas chamadas Unidades Diferenciadas, que merecem avaliação imediata e atenta, para que se encontrem as soluções mais viáveis e eficazes. A UNESP deve buscar com determinação a

qualidade em todos os seus cursos de graduação, que representam a própria razão de ser da Universidade.

Outro aspecto relevante reside no fato de que a docência, na graduação, é por vezes relegada a segundo, talvez a terceiro ou quarto plano. A principal causa desse problema reside no esquecimento ou na ignorância de que a atividade maior da universidade é o ensino e, particularmente, o ensino de graduação. Dessa causa principal surgem os efeitos visíveis, como a inadequada avaliação dos contingentes de entrada, a política de substituição de docentes experientes por substitutos provisórios e inexperientes, a falta de estímulo aos próprios docentes que se dedicam de corpo e alma ao ensino da graduação e, sobretudo, a má compreensão dos dirigentes da Universidade de que a relação docência-pesquisa tem mão dupla: uma universidade excelente é aquela em que a pesquisa e a docência andam juntas, em processo de intercomplementaridade.

## A pós-graduação e o burocratismo

A pós-graduação na Unesp passa por um momento bastante delicado. O pragmatismo autoritário oficial, enquanto visão falsa de melhoria de qualidade, provoca ações burocráticas que resultam em avanços quantitativos ilusórios. Autoritarismo e burocracia têm sido fatores de discriminação, em perramento, estagnação e revolta no nível da pós-graduação. Pensa-se mais em homogeneizar os cursos segundo um mesmo padrão de julgamento e formatação do que atender às diferenças que caracterizam as diversas áreas do conhecimento; pensa-se mais em aumentar a quantidade de altos conceitos externos do que em buscar a qualidade nos cursos relativamente novos; mais em preencher papéis e menos em aumentar a produção dos cursos; mais em advertir e militarmente enquadrar e menos em realizar; mais em discriminar e menos em agregar; mais no acidente que "aparece" e menos na própria essência da pós-graduação.

Aos envolvidos em programas de pós-graduação deve-se oferecer autonomia com responsabilidade. Cada programa conhece suas prioridades para a busca da qualidade. Deste modo, as características dinâmicas da pós-graduação devem ser respeitadas favorecendo avanços na gestão dos programas. O princípio norteador das ações nesta esfera deve estar centrado nas particularidades dos programas, respeitando-se as decisões e interesses dos envolvidos.

Programas consolidados, para atingirem níveis mais elevados de qualidade, e inserção de programas novos necessitam de apoio administrativo para a concretização de suas metas qualitativas, especialmente na produção do conhecimento científico e na formação de recursos humanos que a sociedade almeja. Aqui também a política da próxima gestão deverá ser de menos papéis e formulários e mais eficiência e produtividade, que fatalmente resultam de agilidade administrativa, liberdade de ação e aproveitamento competente dos recursos materiais e humanos existentes. A reitoria não pode e não deve manietar com excesso de regulamentos, mas apoiar e estimular todas as ações necessárias, inclusive junto aos órgãos de fomento, para que os programas de pós-graduação obtenham os recursos necessários e atinjam seu melhor potencial de produtividade.

Por outro lado, uma universidade como a UNESP tem de assumir o papel que lhe cabe também na definição de políticas nacionais para a pós-graduação, invertendo o curso da subserviência a tudo que se origine das instituições oficiais de controle. É na Universidade, e não nas escritaninhas de teóricos ou tecnocratas, que ocorre a pós-graduação. É a Universidade, portanto, que tem as soluções nascidas da experiência concreta, capaz de neutralizar os prejuízos causados por políticas fundadas nas elucubrações de gabinete.

**A reitoria não pode e não deve manietar com excesso de regulamentos, mas apoiar e estimular todas as ações necessárias, inclusive junto aos órgãos de fomento, para que os programas de pós-graduação obtenham os recursos necessários e atinjam seu melhor potencial de produtividade.**

## A extensão requer cuidados

A Universidade Estadual Paulista revelou, desde o seu início, alta vocação em termos de extensão. Essa vocação recebeu o devido apoio de gestões sucessivas e havia chegado, até pouco tempo atrás, a um patamar excelente, modelar em termos de universidade brasileira. A extensão em nossa universidade requer cuidados. Parte da vocação extensionista da Unesp vem sendo cerceada pelo centralismo excessivo das decisões, justamente quando todos os esforços deveriam estar direcionados a incrementá-la, provendo-a dos recursos necessários e concedendo autonomia às Unidades para implantação de seus programas.

Neste sentido, é preciso observar a diferença essencial que existe entre o extensionismo produtivo e a pura e simples cessão ou concessão. Assim como a pesquisa e a docência, a extensão e a pesquisa também têm mão dupla. A verdadeira extensão é aquela que anda passo a passo com a pesquisa, em regime de retroalimentação: a pesquisa produz conhecimentos, técnicas e tecnologias que possibilitam a extensão, na mesma medida em que a prática da extensão consolida conhecimentos, ao mesmo tempo em que suscita e estimula o surgimento de novas pesquisas.

Três devem ser, portanto, as palavras de ordem na próxima gestão da Extensão na UNESP: orientar, e não impor; descentralizar, e não manietar; otimizar, e não burocratizar.

## Soluções urgentes

Não se pode falar em economia quando se trata do tema qualidade de ensino, pesquisa e extensão: a Universidade não pode jamais recuar de seu objetivo de superar-se permanentemente em esferas fundamentais de sua ação. O momento é o de se concentrar esforços para o investimento na melhoria das condições de ensino: contratação de professores em RDIDP sempre que for necessário, e de funcionários qualificados; recuperação dos laboratórios didáticos e construção de novas salas de aulas e laboratórios; aquisição de equipamentos e de investimentos nas bibliotecas e no seu acervo didático; discussão e operacionalização, caso considerados necessários, de ciclos básicos; estudo e planejamento de novas diretrizes para uma graduação aberta às novas tecnologias e às diversas linguagens; incentivos permanentes à docência na graduação. Será a única maneira de mantermos a qualidade do ensino de graduação, de pós-graduação, das pesquisas e dos serviços de extensão no padrão UNESP que nos coloca no mesmo patamar que nossas coirmãs paulistas.

Não haverá pesquisa, ensino de pós-graduação e extensão de qualidade, se não revertermos imediatamente a política de contratação de professores para os cursos de graduação, que constitui o primeiro degrau da escada que conduz à excelência em todos os níveis de ação acadêmica. Devemos, por outro lado, implantar imediatamente uma melhor infra-estrutura de apoio aos estudantes dos cursos noturnos e um projeto global para o aperfeiçoamento das licenciaturas. Os projetos

pedagógicos dos 36 cursos recém-criados na UNESP precisam ser revisados e suas necessidades equacionadas para que não percam o padrão de qualidade conquistado ao longo destes 28 anos com tanto esforço, determinação e, mesmo, sacrifício pessoal de docentes e pesquisadores.

Precisamos repensar, reavaliar e reestruturar a atuação da UNESP junto à rede escolar pública, por intermédio dos Núcleos de Ensino, dos Núcleos de Estudos Especializados, de apoio aos Departamentos e da intervenção planejada com as Diretorias de Ensino, Secretarias Municipais, por meio da colaboração com a Secretaria de Educação e com o MEC, por meio da implantação de projetos de educação à distância — EAD. Ainda, é preciso, a este respeito, utilizar o método e o rigor que caracterizam a Ciência.

Nem a UNESP, nem qualquer outra universidade brasileira têm tradição em EAD. É, portanto, impensável e até mesmo irresponsável implantar uma EAD que não seja produto de projetos de pesquisa e não esteja permanentemente vinculada a projetos de pesquisa da própria Universidade. É um equívoco lamentável, muitas vezes cometido no Brasil, a implantação de uma EAD carnalizada, ornamental, nascida na mesa de burocratas, que já em seu nascedouro fracassa pela falta da vinculação efetiva com pesquisas na área.

**Não haverá pesquisa, ensino de pós-graduação e extensão de qualidade, se não revertermos imediatamente a política de contratação de professores para os cursos de graduação, que constitui o primeiro degrau da escada que conduz à excelência em todos os níveis de ação acadêmica.**

## Plano Administrativo: Ética-Abertura-Transparência

### Ética e Coisa Pública

A UNESP é uma instituição pública, a verba que a faz mover-se é verba pública. Público se refere à sociedade: pertence à coletividade. Cada centavo movimentado no orçamento deve ser tocado com respeito, com lisura, com responsabilidade, com ética. Desmandos, desvio de verbas de sua destinação original para outra são crimes administrativos que, mais cedo ou mais tarde, recairão sobre a própria Universidade, que será cobrada e estigmatizada por isso.

Toda verba que a UNESP administra resulta de decisão do

Poder Legislativo, é encaminhada pelo Poder Executivo e a sua fiel gestão está sob o zelo do Poder Judiciário, ao qual a Universidade, como parte integrante que é do próprio Poder Público, terá de prestar contas em caso de má gestão. Não se trata apenas de gerir bem para não ser flagrada pelo Tribunal de Contas. A preservação do conceito da Universidade se impõe também e sobretudo porque sua vocação educativa a faz servir de modelo à sociedade como um todo. Uma universidade com problemas de lisura administrativa é o pior exemplo que se pode dar ao povo.

## Abertura e Transparência

Como evitar esse perigo? Integração, abertura e transparência. Integração: fazer com que os altos conselhos e as congregações, bem como todos os gestores da universidade — reitores, pró-reitores, diretores de unidades — participem ativamente da administração da universidade em todos os seus planos, inclusive com troca permanente de informações.

Abertura: livre acesso de todos a todas as informações sobre a administração da universidade, particularmente na execução de seu orçamento. "Todos", neste caso, significa isto: "todos". Transparência: não pode haver atos administrativos ocultos, nem na Reitoria, nem nas Unidades da UNESP, sejam elas consolidadas ou diferenciadas. A universidade não pode ser pública apenas no nome. O acesso às informações deve ser aberto a todos, quer da comunidade interna, quer da comunidade externa. Uma universidade de primeira

grandeza não tem nada a esconder, nem do seu público interno, nem da comunidade externa. A Reitoria tem o dever de possibilitar fluxo constante de informações ao Conselho Universitário, por exemplo, dos programas financiados pela UNESP, com recursos do tesouro e intermediação da FUNDUNESP, e que alcançarão valores superiores a R\$ 11 milhões em 2004. Todos os Programas devem ser reavaliados pelo CO segundo os interesses acadêmicos e as restrições orçamentárias pelas quais passa UNESP. Os funcionários que prestam serviços à UNESP devem ser demitidos e abertos concursos públicos segundo as normas estabelecidas pelos

subquadros da universidade para os cargos serem preenchidos. Este será um exemplo de ação integrada, aberta e transparente.

## Atos iniciais de gestão

Os atos iniciais de uma nova gestão da UNESP devem se fundamentar numa ampla e pública análise da situação econômico-financeira da Universidade. Não se trata de prática de revanchismo, mas, ao contrário, de cautela. Não se pode administrar cegamente, sem saber exatamente o estado a administrar. Se os primeiros resultados dessa análise apontarem nessa direção e o consenso da comunidade assim o decidir, deveremos proceder a uma ampla auditoria para estabelecer com exatidão o ponto a partir do qual deverá ser iniciada uma gestão digna, democrática e íntegra.

## A GESTÃO EXTERNA

Tão importante quanto a gestão interna da UNESP é a sua gestão externa. Que entendemos por "gestão externa"? A Universidade não é uma ilha, mas parte da sociedade. O reitor de uma universidade administra, também, deste modo, as relações entre esta e as outras instâncias e instituições do País e do mundo, quais sejam: a sociedade, o poder público, as instituições coirmãs, os órgãos de fomento, a política e os partidos, a mídia, as relações internacionais.

### A UNESP e a Sociedade

A sociedade constitui a referência básica. A Universidade Pública é criada para estar a serviço permanente da sociedade brasileira, quer em termos de formação educacional, quer em termos de pesquisa e de extensão. Uma universidade pública deve ser necessariamente aberta, porque não é corpo estranho na sociedade, mas integrante ativa desta. Não há segmento social, de qualquer ordem, com que a universidade não possa estabelecer comunicação e relacionamento de auxílio mútuo: instituições públicas, indústria, comércio, serviços, entidades filantrópicas, instituições religiosas, ONGs, etc.

Um bom administrador universitário é o que está permanentemente atento às demandas da sociedade, demandas estas que podem implicar ações concretas de projetos já existentes ou até mesmo a geração de novos projetos e novos instrumentos. Criada já nos novos tempos, a UNESP nasceu com essa vocação de atendimento, que deve ser permanentemente aperfeiçoada.

### A UNESP e o Poder Público

Não se deve perder em nenhum momento a perspectiva de que a UNESP é parte do Poder Público. Não existe, assim, a polaridade Universidade Pública x Poder Público, mas, ao

**A Reitoria tem o dever de possibilitar fluxo constante de informações ao Conselho Universitário, por exemplo, dos programas financiados pela UNESP, com recursos do tesouro e intermediação da FUNDUNESP, e que alcançarão valores superiores a R\$ 11 milhões em 2004.**

contrário, a Universidade Pública e o Poder Público fazem parte de uma mesma entidade, que se diversifica tão somente na esfera de atuação. Em seu caso particular, a UNESP é, de fato e de direito, uma instituição integrada ao governo do Estado de São Paulo. Sob o ponto de vista administrativo, é uma autarquia de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. "Autonomia", neste caso, não é sinônimo de "independência absoluta" ou de isolamento da academia numa torre de marfim. O perfil autárquico da UNESP não a desvincula de outras instâncias do poder público estadual.

Conseqüência: um reitor de universidade pública do Estado de São Paulo não vai às instâncias superiores do Poder Público para reivindicar, mas para ser ouvido sobre o melhor modo de o Poder Público realizar os objetivos da universidade. Não vai, portanto, nem de cabeça baixa, nem de frente exageradamente alta, mas como um igual entre iguais. Pode-se dizer, neste sentido, que, se a UNESP, até hoje, não conseguiu fazer-se compreendida pelo Poder Público, não foi por culpa deste, mas por pura e simples falta de comunicação e persuasão da própria Universidade.

O Poder Público, portanto, quer seja Federal, quer Estadual, quer Municipal, deve ser permanentemente visto como um aliado e convencido por força de argumentação consistente sobre as necessidades da Universidade para auxiliá-lo no projeto de edificação de um Brasil democrático, progressista e com justiça social. É preciso pensar o Brasil e sua Universidade com grandeza.

## As Instituições Coirmãs

UNESP, USP e UNICAMP são universidades públicas estaduais com a mesma forma de organização e vinculação ao Poder Público estadual. A existência do CRUESP ratifica esse fato, ao mesmo tempo em que cria uma instância conjunta em termos de representação ante as comunidades internas e de comunicação com as demais instâncias do Poder Público estadual. Vale dizer: a existência do CRUESP faz das três universidades coirmãs uma única instituição. Este fato, por si só, cria uma grande responsabilidade para os reitores que integram o CRUESP, pois os torna, ao mesmo tempo, representantes e interlocutores das universidades e das instâncias superiores do Poder Público. Neste sentido, tal conselho torna-se forte quando consegue equilibrar tais funções; e fraco quando se desequilibra ao exercê-las, para qualquer dos lados. Os momentos de crise desse conselho de reitores têm sido justamente aqueles em que pendeu demasiadamente para um desses lados, o que implicou enfraquecer sua representatividade com relação ao outro.

O maior perigo sempre enfrentado pelo CRUESP, todavia, está no entrosamento dos reitores, que devem espelhar o en-

trosamento das três instituições. Atitude intempestiva de um dos reitores, no CRUESP, ferindo o princípio da ação em bloco, pode causar fratura irreparável no órgão. É preciso, pois, de seu lado, que o reitor da UNESP encare o CRUESP com a seriedade e a responsabilidade necessárias, para evitar a calamidade que representaria, para as três universidades coirmãs, o fim desse Conselho.

midade que representaria, para as três universidades coirmãs, o fim desse Conselho.

## Os órgãos de fomento

Os diferentes órgãos de fomento, públicos ou privados, devem receber atenção especial da administração da universidade. Devem estar completamente descartadas, de antemão, atitudes inconseqüentes do reitor ou de pró-reitores com relação a qualquer

desses órgãos, visto que são vitais, hoje, para qualquer universidade brasileira, em virtude da insuficiência das verbas definidas por decreto ante o crescimento da demanda por recursos. O papel da reitoria e das pró-reitorias, nesse caso, é persuadir a comunidade interna de pesquisadores de que não pode haver falhas, erros ou atrasos na execução de projetos financiados e no cumprimento de bolsas obtidas. É preciso responder ao fomento com alta qualidade, que por conseqüência acarretará um fluxo constante de fomentos.

## A política e os partidos

Com relação à política e aos partidos, é preciso que a UNESP se livre de atitudes maniqueístas, que vêm qualquer diálogo com políticos ou partidos como o relacionamento entre o Bem e o Mal. Nenhuma universidade deve ser reduto de política ou de propaganda partidária. Mas a defesa de uma universidade apolítica é uma idéia ingênua. A Universidade não pode ter cor partidária, mas isto não significa que deva voltar as costas à política e aos partidos. Não pode e não deve, em primeiro lugar, porque vivemos num estado democrático; docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, independentemente de qualquer limitação, podem ser membros ou dirigentes de partidos e até mesmo políticos eleitos, sem que isso colida com sua condição ou atuação no interior da universidade enquanto docentes, discentes ou servidores técnico-administrativos. Por outro lado, partindo do conceito de que o objetivo dos políticos e dos partidos é o desenvolvimento e a organização da sociedade em todos os seus aspectos, é importante que a universidade, além de suas outras funções, se torne também local de debates de natureza política. Não há, neste sentido, temas políticos que não possam ser discutidos e analisados no seio da universidade com a participação de integrantes dos diferentes partidos, desde que o fim colimado seja o benefício da sociedade como um todo.

Colocada nestes termos, a relação entre a Universidade e a política ou os políticos não caracteriza exercício partidário,

**Uma universidade pública deve ser necessariamente aberta, porque não é corpo estranho na sociedade, mas integrante ativa desta.**

mas exemplifica exercício de cidadania da vida acadêmica traduzidos em múltiplas formas de diálogo e de apoio ao desenvolvimento da instituição universitária e do País.

## A mídia

A mídia externa, representada por todos os meios e formas de comunicação, das televisões, jornais e revistas à Internet, ainda não foi explorada senão num mínimo de sua potencialidade. Toda a mídia é, de fato, potencialmente aliada da Universidade, competindo, deste modo, a cada reitor criar e agilizar canais de relacionamento e entendimento, para benefício da própria instituição.

Indo mais longe, a mídia pode ser inclusive um dos instrumentos de expansão das atividades da Universidade, bastando para isso tão somente que a Universidade se livre de preconceitos e inicie a abertura de um diálogo que, certamente, poderá ser muito proveitoso para ambas as partes e, mais ainda, para o povo brasileiro. A Universidade, neste sentido, tem muito a ensinar à mídia, mas esta, por sua vez, tem igualmente muito a nos ensinar.

É preciso observar, por outro lado, que a UNESP tem um sistema interno de comunicação, ou seja, sua própria mídia, que precisa ser ajustada aos ditames modernos, garantindo espaço para a manifestação de representantes da comunidade universitária que não representem unicamente o pensamento da Administração Central. A indicação de um ombudsman, feita por seus pares e com liberdade e garantias de trabalho, deverá ser proposta à comunidade.

## Relações internacionais

Um dos aspectos mais importantes da gestão externa da Universidade diz respeito às relações internacionais. A tecnologia da comunicação, hoje, permite o fluxo instantâneo de informações para todas as partes do globo, de modo que a troca de conhecimentos se torna um processo dinâmico e necessário. Pode-se dizer que a tendência para breve futuro é de que todas as instituições de pesquisa e ensino superior do mundo possam estar ligadas numa só rede de comunicação, para unir esforços em torno de projetos de interesse comum, ensino de graduação e pós-graduação e pesquisa. Esses relacionamentos são irreversíveis, a ponto de podermos falar, hoje, que universidades que se isolarem perderão a passagem para o futuro.

A UNESP já mantém vínculos com instituições estrangeiras, mas essa forma de relacionamento está ainda aquém do

necessário. É este o momento de estabelecer o maior número possível de contatos e de laços com tais instituições, para proveito de ambas as partes.

## O PODER ACADÊMICO

O atual Estatuto da UNESP confere aos órgãos colegiados, e não ao reitor, o poder real de decisão sobre todas as questões da Instituição. O reitor, extrapolando os limites de sua esfera de executivo, tem a possibilidade de manobrar e manipular o poder colegiado? Dependendo de certas circunstâncias, tem. É ético, porém, fazê-lo?

Nossa proposta visa estabelecer uma alteração de comportamento: evitar, desde o início do mandato, as duas causas principais dos problemas acima apontados: burocracia e autoritarismo isolacionista. Defendemos o primado do órgão colegiado sobre o executivo, das decisões pensadas, ponderadas, discutidas, sobre as decisões impensadas, intempestivas, individualistas, autoritárias. Se no passado a grande meta das lideranças da UNESP foi convencer todos os membros da comunidade a lutar contra o autoritarismo e a repressão institucional externa, da ditadura, hoje a nossa grande luta é a de convencer todos os membros da comunidade da UNESP a lutar contra o que podemos chamar de inércia democrática, ou seja, o estado em que, dentro de uma sociedade democrática, cada indivíduo se imagina em absoluta segurança e

**O reitor, extrapolando os limites de sua esfera de executivo, tem a possibilidade de manobrar e manipular o poder colegiado? Dependendo de certas circunstâncias, tem. É ético, porém, fazê-lo?**

tranquilidade. Uma boa parte de nossa comunidade, de fato, vem vivendo já há alguns anos imbuída da inércia democrática, da certeza de que, mesmo que seus dirigentes tomem os pés pelas mãos, nada de mau pode acontecer a uma universidade plenamente institucionalizada e democratizada como a nossa. Nada mais ilusório: a universidade pública brasileira está hoje em grande perigo, e não apenas em virtude de forças externas que pretendem dismantela-la, mas também em virtude dessa falta de consciência e vigilância interna, que podem criar os caminhos por onde entrarão os defensores da privatização ou, como se percebe em opiniões veiculadas pela mídia nos últimos tempos, os planejadores do dismantelamento da universidade pública, que penetrarão exatamente pelas brechas que administrações fracas e irresponsáveis deixarem: desorganização, desestruturação, má administração de recursos.

Como enfrentar esses perigos e imunizar a universidade? Pelo estabelecimento de uma política de qualidade. Qualidade não reside em criar papéis, nem tampouco em criar exigências por vezes descabidas, porque não ancoradas na realidade.

O que um pró-reitor de graduação, um pró-reitor de pós-graduação e um pró-reitor de extensão têm de fazer não é impor regras artificiais e metas inatingíveis, mas perguntar aos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, aos supervisores de atividades de extensão da UNESP onde, como e com que meios os cursos ou as atividades podem ser melhorados, aperfeiçoados, consolidados. A visão burocrática comete falhas lamentáveis porque é generalizadora, centralizadora, autoritária, isolacionista: administra de longe, aponta objetivos irreais e exige desempenhos impossíveis.

Propomos, em nossa gestão, o compromisso com uma visão íntegra e integradora, interessada nos resultados de avaliações interna e externa da Universidade. As mais importantes fontes de avaliação do ensino, da pesquisa e da extensão da UNESP estão nas opiniões de servidores docentes, servidores técnico-administrativos, e estudantes. A leitura da avaliação externa, igualmente necessária, deve fundamentar-se na lógica das expectativas que a comunidade externa tem da universidade pública. A modernidade exige esse processo de mão dupla, de avaliação interna e externa, de reflexão e reelaboração permanente das instituições de pesquisa e ensino para fazer frente às constantes mudanças de configuração do mundo contemporâneo.

## O PLANO EM 15 DESTAQUES

---

**1. Gestão integrada, realista e de consenso** — A gestão da UNESP tem de ser aberta, transparente e com a participação de todos. O reitor é o denominador comum dos objetivos da comunidade universitária. É preciso gerir os problemas reais e imediatos, e não os ideais. Os ideais devem ser o fundamento para a solução dos problemas e carências reais da Universidade. Problemas reais: a necessidade de contratação de docentes em tempo integral; salários defasados e incompatíveis com o esforço do trabalho e a dignidade dos cargos; consenso da comunidade quanto aos fundamentos da gestão; apoio aos alunos carentes, cujo número é crescente na universidade; valorização e não sucateamento do corpo de servidores técnico administrativo. Cada recurso obtido, cada real economizado devem ser aplicados para as atividades-fim da Universidade e para a solução dessas carências.

**2. Poder dos Órgãos Colegiados** — O Estatuto da UNESP confere aos Órgãos Colegiados o papel de gestores principais, cabendo aos executivos desses órgãos (reitor, vice-reitor, diretores, chefes de departamento) levar a efeito todas as decisões tomadas. É preciso recuperar imediatamente, na prática, esse dispositivo.

**3. Estrutura e organização da Reitoria** — A Reitoria tem funcionários de carreira de alta competência para atuar em todas as áreas, em lugar de assessores (e são muitos!) dispendiosos e nem sempre eficientes. Os consultores do Reitor devem ser os diretores, os professores, os representantes dos funcionários, os

representantes dos alunos, os coordenadores dos cursos de graduação e de pós-graduação, enfim, as pessoas realmente envolvidas nos desígnios maiores da universidade. Deve ser dispensada a maioria dos assessores, designando o novo reitor apenas os estritamente necessários à sua gestão e escolhidos por critérios profissionais.

**4. Persuasão não é sinônimo de truculência** — Universidade é sinônimo de diálogo, de consenso, de persuasão. Não pode haver truculência de nenhum lado, nem dos ocupantes dos cargos executivos sobre a comunidade, nem desta sobre os seus dirigentes, sejam pessoas, sejam Órgãos Colegiados. O diálogo é o instrumento maior da práxis universitária.

**5. Abertura e transparência** — A gestão universitária deve ser aberta e transparente. Deve ser facultado o acesso ao orçamento da Universidade e às contas da APLO, sem a necessidade de intermediação ou permissão do Reitor, garantindo a verificação de qualquer dado pelos membros do CO, CADE e do CEPE, os diretores das unidades e as associações de classe. Qualquer documento cuja cópia seja solicitada deve ser fornecida.

**6. Representatividade do CRUESP.** O CRUESP não deve ser apenas um ornamento de cúpula, mas ao mesmo tempo a cúpula e o alicerce das três universidades públicas paulistas. A verdadeira luta dos reitores é no sentido de que esse conselho se torne cada vez mais representante dos interesses das universidades estaduais paulistas, o que será possível com a criação de vínculos mais estreitos e constantes com a comunidade acadêmica. A busca de novos recursos requer uma política conjunta das três universidades, que, por intermédio do CRUESP, devem sensibilizar o governo do Estado e a sociedade sobre a importância do sistema universitário público paulista para o desenvolvimento de São Paulo e do País. Com tal objetivo, o CRUESP deve aliar-se aos movimentos das três universidades que, por intermédio de suas associações de docentes e servidores, pleiteiam um aumento do ICMS de 9,57% para 11,655.

**7. Não se renuncia a salários dignos.** Renúncia a salários compatíveis não é o meio de desenvolver as universidades. Universidades públicas se desenvolvem com investimento público. E salários compatíveis com a qualidade e a dignidade das funções acadêmicas são uma das formas de incrementar o desenvolvimento da universidade. A Universidade tem todos os argumentos para convencer o Poder Público de que todos os investimentos no ensino universitário têm um espetacular retorno para o desenvolvimento do país como um todo.

**8. Expansão da universidade.** Uma das estratégias para a justiça social é a expansão gradativa, mas responsável das vagas e dos cursos. Mas isso só pode ser feito com o aumento do investimento público, e não com o desvio de recursos já escas-

Persuasão não é  
sinônimo de truculência.  
O diálogo é o  
instrumento maior da  
práxis universitária.

dos da universidade para outros fins. A expansão de cursos e de vagas é uma decisão a ser examinada, discutida, planejada entre as universidades públicas e o governo. Têm sido destinados recursos especiais para esse fim, denominados "extracota", anualmente negociados com a Assembléia Legislativa e com o governo do Estado. Para maior segurança e operacionalidade do processo, todavia, é possível estabelecer um princípio que harmonize a intenção do Estado de aumentar a oferta de vagas e a capacidade das universidades de atender a essa demanda, simplesmente aumentando o índice do ICMS de acordo com as estimativas de recursos para operacionalizar o progressivo aumento de vagas. É uma solução viável, que passa necessariamente pelo empenho do CRUESP no sentido de ser estabelecida uma só política a respeito, que permita às universidades operar com segurança, eficácia e integração o aumento da oferta de vagas.

**9. Recursos externos.** A captação de recursos externos pela UNESP é assunto que tem de ser discutido de modo aberto. Em primeiro lugar, o CO deve proceder a uma análise aberta e permanentemente divulgada à comunidade do que arrecadaram FUNDUNESP, EDUNESP E VUNESP e de como foram aplicados tais recursos nos últimos quatro anos. Em segundo, deve proceder a uma análise destas FUNDAÇÕES. Em terceiro, deve o ConSu criar um PLANO GLOBAL para uniformizar as ações e permitir a canalização dos recursos obtidos pelas fundações para ser aplicados em toda a Universidade, particularmente nas áreas mais carentes de recursos.

**10. Estrutura acadêmica.** O atual Estatuto da UNESP estabelece uma estrutura de gestão acadêmica bastante adequada à realidade. Pode-se, todavia, por consenso, aperfeiçoar essa estrutura. O que não se pode é, à margem do Estatuto, criar estruturas inúteis que mais criam conflitos que soluções. A Universidade não precisa de "Comissão Central na Área de Conhecimento". O CEPE e as pró-reitorias acadêmicas têm a competência, formal, acadêmica e estatutariamente regulada para tais direcionamentos.

**11. Renegociação de dívidas.** É uma obviedade admitir que dívidas são negociadas e renegociadas de acordo com o estado das finanças do devedor. A UNESP se encontra com as finanças arrasadas e, por isso, suas dívidas têm de ser renegociadas permanentemente, para evitar o colapso. A Universidade não pode parar para ficar apenas pagando suas dívidas.

**12. Aposentadoria e dívida com o IPESP.** "Aposentadorias" e "aposentados" constituem tema que envolve todos os servidores docentes e servidores técnico-administrativos da UNESP ativos ou inativos. O que decidirmos para os aposentados de hoje estará sendo decidido para nós mesmos. Não haverá milagres no futuro: a tendência será muito maior rigidez e menos injustiça social e profissional nos proventos da aposentadoria. Por isso, em qualquer discussão do tema é preciso ponderar

dois aspectos: a) o dos direitos adquiridos ontem, hoje e amanhã; b) a aposentadoria de todos, ontem, hoje e amanhã. A partir destes pressupostos é que se deve encaminhar a negociação da dívida com o IPESP, processo que permitirá uma aproximação do próximo reitor com o governo do Estado. Dentro deste processo, é imprescindível a transferência dos aposentados da folha de pagamento da Universidade, em que representam 29%, para o sistema previdenciário, resguardados, no entanto, como entenderam os próprios legisladores os direitos adquiridos.

**13. Qualidade, sim.** Rigorosamente falando, não é importante que a UNESP busque divulgar por todos os meios que nossa graduação é excelente, que nossa pós-graduação é excelente, que nossa extensão é excelente. O importante é que sejam, de fato, excelentes. A maior publicidade da qualidade é a própria qualidade. A questão básica, por isso, se resume em duas atitudes de gestão acadêmica: a) manter, a qualquer custo,

a qualidade dos cursos em que se atingiu a excelência, e b) investir pesadamente em recursos financeiros, humanos e materiais para que no menor prazo possível os demais cursos se tornem excelentes. E somente pensar em criar novos cursos quando todos os atuais estiverem em alto patamar de rendimento.

**14. Resgate dos compromissos.** Resgatar os compromissos com o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos tais como Acesso e

Promoção, viabilizando-o através de diálogo franco e aberto com suas entidades de representação. Para tanto, é primordial a revalorização dos servidores da Área de Recursos Humanos, seja através de treinamento, seja de recrutamento de servidores cujo perfil venha a complementar as necessidades do Plano de Carreira, em permanente estado de desenvolvimento. Imediata retomada do papel da Coordenadoria de Recursos Humanos da Reitoria, como instrumento de proposição de Políticas de Recursos Humanos, em face do considerável conhecimento acumulado pelos servidores daquela área.

**15. Representação Estudantil.** A formação integral do estudante, como profissional e como cidadão, é um dos objetivos maiores da Universidade. Tal formação não se restringe a proporcionar bons cursos, mas fazer da universidade um local de ampla realização em todos os planos, inclusive os que dizem respeito à afirmação da cidadania. Neste sentido a relação entre a Reitoria e as representações estudantis tem de ser direta, franca, aberta, marcada pela vontade de mútuo entendimento. A próxima gestão terá o dever de recuperar tudo o que foi perdido em termos de relacionamento entre reitoria e estudantes, para que estes possam exercer o papel que lhes cabe como agentes insubstituíveis da gestão e da avaliação da Universidade.

As dívidas têm de ser renegociadas permanentemente, para evitar o colapso. A Universidade não pode parar para ficar apenas pagando suas dívidas.

# A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS

Depois de passar por um período turbulento em seus inícios, de lutar por organizar-se num país permanentemente desorganizado e desestruturado, é chegada a hora de a UNESP estabelecer seu próprio e autêntico perfil, sua personalidade, seu projeto, único modo de firmar sua identidade. O presente Plano de Gestão propõe essa busca. Vamos lutar por um Projeto de Identidade da Universidade, que será o ponto de referência de nossa união, de nossas reflexões conjuntas, de nossas decisões conjuntas.

Vamos avançar passo a passo, com determinação, consenso e dignidade!

**Amilton Ferreira**  
**Neivo Luiz Zorzetto**

## CURRICULUM VITAE

# NEIVO LUIZ ZORZETTO

## Vice-Reitoria



Professor Titular da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Campus de Marília  
Nascido em 27/09/1939 em Sarandi-RS  
RG 3.355.924-7-SSP-SP  
CPF 013.367.548-34

## Formação Universitária

1. Iniciou sua carreira como bolsista de iniciação científica do CNPq, ainda como acadêmico;
2. Formado em Biologia pela UNISISNOS-RS;
3. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais;
4. Doutorado em Ciências pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu em 1967;
5. Livre-Docente em Anatomia Humana pela FCMBB em 1974;
6. Estagiário do Instituto de Otologia da "Los Angeles Foundation of Otology – Southern University, CA-USA" em 1975;
7. Professor Titular pelo Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola de Botucatu (IBBMA) em 1978.

## Atividades Científicas, de Ensino e Formação

Publicou 82 trabalhos de pesquisa, sendo 31 em revistas internacionais como Anatomischer Anzeiger (Alemanha), Acta Anatômica (Suíça), Journal of Morphology (Estados Unidos), Okajimas Folia Anatômica (Japão), Journal of Anatomy (Inglaterra), Australian Dental Journal (Austrália), Zentralbat Vet. Méd. C Anat. Histol. Embryol. (Alemanha), Annals of Otology Et Laryngology (Estados Unidos).

Autor de livro – atualmente na 8a. edição –, capítulo de livro e textos didáticos na sua especialidade.

Parcerista da FAPESP, FUNDUNESP, CAPES e CNPq.

Atuou como Professor Colaborador na Faculdade de Odontologia de Bauru-USP em 1974/1978, na Faculdade de Medicina de Marília em 1992/1993, na Universidade Federal de Roraima em 1994, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu em 1965/1969 e na Universidade do Vale do Sinos-RS em 1966/1969.

Na área de Pós-Graduação é Professor Credenciado junto ao curso de PG em Biologia Estrutural do IB-Botucatu desde sua criação, Professor Credenciado no PG em Distúrbios da Comunicação Humana da FOB-USP de Bauru desde 1998 e foi Professor Credenciado do PG em Anatomia do ICB-USP em 1982/1992.

Orientou e formou professores e pesquisadores que hoje atuam em Universidades do Acre, Ceará, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina.

Orientou 13 bolsistas de iniciação científica da FAPESP, bolsistas de aperfeiçoamento do CNPq e bolsistas de pós-graduação da CAPES. Orientou 13 doutorados e 10 mestrados. Vem orientando 2 doutorados e 1 mestrado.

Bolsista-Pesquisador do CNPq.

Delegado Brasileiro junto a Federação Internacional de Associações Anatômicas em Lisboa, Londres e Roma em 1984/1985.

Participou de mais de uma centena de conclaves científicos e culturais tendo apresentado 121 comunicações. Foi Vice-Presidente do VII Congresso Panamericano de Anatomia realizado em Punta Del Este em 1987 e Vice-Presidente do XIII Federative International Congress of Anatomy realizado no Rio de Janeiro em 1989. Como Presidente da SBA fundou a revista Brazilian Journal of Morphological Sciences.

São 41 anos dedicados ao ensino, à pesquisa e à difusão de conhecimentos que podem ser verificados no Currículo Lattes, no site do CNPq.

## Atividades Administrativas

1. Chefe do Departamento de Morfologia da FCMBB em 1970/1971/1974/1976;
2. Chefe do Departamento de Anatomia do Instituto de Biociências da UNESP de Botucatu em 1990/1991;
3. Diretor do Instituto de Biociências da UNESP de Botucatu de 1985 a 1989 e idealizador dos Centro de Manutenção de Equipamentos – CEMEQ da UNESP;
4. Primeiro Pró-Reitor da UNESP eleito em 1986 e reeleito em 1987;
5. Atuou como colaborador da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília na implantação do Curso de Fonoaudiologia em 1989/1991;
6. Contratado pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP de Marília em 1992;
7. Vice-Chefe do Departamento de Fono da Faculdade de Filosofia e Ciência da UNESP de Marília em 1993/1995;
8. Presidente da Sociedade Brasileira de Anatomia (SBA) de 1982/1986;
9. Membro da Academia Mundial de Ciência e Tecnologia, empossado em Valência, na Espanha, em 2002.

# AMILTON FERREIRA

Reitoria

Professor Titular do Instituto de Biociências da UNESP – Campus de Rio Claro

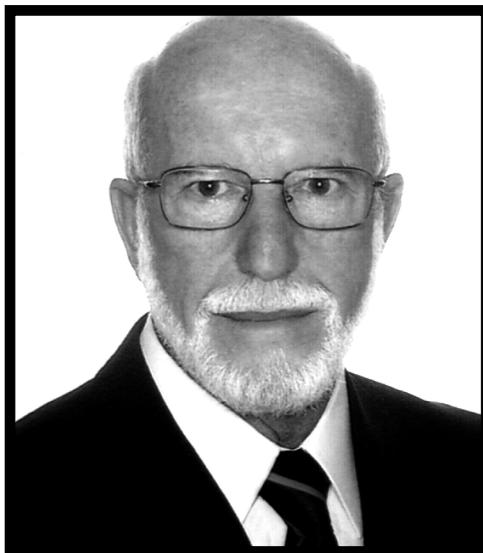
Nascido em 31/03/1941 em Santa Rita do Passa Quatro  
RG 2.830.184 | CPF 016.045.78-87

## Formação Universitária

1. Formado em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro em 1964;
2. Doutorado em Ciências em 1966 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro;
3. Livre Docente pelo Instituto de Biociências de Rio Claro em 1974;
4. Professor Adjunto pelo Instituto de Biociências de Rio Claro em 1977;
5. Professor Titular pelo Instituto de Biociências de Rio Claro em 1982;
6. Post Doctoral Research Fellow no Departamento de Genética de Melbourne – Austrália;
7. Bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian para estagiar no Centro de Estudos Avançados de Oeiras;
8. Bolsista da Tinker Foundation, para estagiar nas Universidades Canadenses e Americanas: Mac Gill University, University of Montana, North Dakota State University; Metabolism and Radiation Research Laboratory (Agricultural Research Services, USA, Department of Agriculture).

## Subvenções Recebidas

Recebeu onze subvenções destinadas ao desenvolvimento de projetos de pesquisas na área de Citogenética Evolutiva – FAPESP, CAPES, CNPq, Fundação Calouste Gulberkian e Tinker Foundation.



## Atividades Científicas, de Ensino e Formação

Publicou 46 trabalhos científicos na íntegra em revistas internacionais e nacionais. Destes, 23 em revistas estrangeiras – Caryologia, Cytologia, Ver. Per. Entomol, Canad. Journal of Genetics and Cytology, Ent. News, Int. J. Inset. Morphol. And Embryol., Genética, Acrida, Odonatologica, Journ. Austr. Entoml. Soc., Hereditas, New York Ent. Soc., Biol. Int. de Angola, Chromossoma, e 24 em revistas nacionais – An. Acad. Bras. Cienc., Ciência e Cultura, Studia Ent., Rev. Brasil. Biol., Naturalia, Rev. Bras. Genética. Participou de mais de uma centena de congressos nacionais e internacionais e de dezenas de comissões examinadoras – Mestrado, Doutorado, Livre Docência, Titular e de concursos de ingresso na carreira acadêmica. Orientou dezenas de estudantes em programas de iniciação científica e foi credenciado no curso de Pós-Graduação de Zoologia do Instituto de Biociências de Rio Claro, orientando duas teses de Doutorado e uma dissertação de Mestrado. Durante toda a sua vida universitária jamais deixou de lecionar um ano sequer, tendo sido responsável pelas disciplinas de Evolução na Pós-Graduação e de Biologia Celular, Biologia e Evolução na Graduação.

## Atividades Administrativas

1. Vice-Diretor do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro;
2. Diretor, por 2 mandatos consecutivos, do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro;
3. Presidente do Grupo Administrativo de Rio Claro;
4. Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente;
5. Membro da Câmara Central de Graduação da UNESP;
6. Representante Sul-Americano no Conselho Deliberativo da Associação Panamericana de Acridologia;
7. Assessor da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;
8. Assessor da FAPESP;
9. Assessor do CNPq;
10. Fundador da Associação Paulista de Fundações;
11. Vice-Presidente da Associação Paulista de Fundações;
12. Coordenador do Programa Parceria e do Programa de Captação de Recursos Externos da FUNDUNESP;
13. Diretor da Diretoria de Projetos Especiais da FUNDUNESP;
14. Presidente da FUNDUNESP;
15. Diretor Executivo da Diretoria de Convênios e Projetos da FUNDUNESP;
16. Representante da UNESP e Coordenador do Projeto: As Universidades Públicas Paulistas e a Educação para o Desenvolvimento – Secção Universidade Et Empresas.
17. Atualmente é Diretor do Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro.